



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SUAS ESPECIALIZAÇÕES: O PERFIL DOS CURSOS *LATO SENSU* COM OBJETOS DE INTERESSE DA CI E O SEU CRESCIMENTO NO BRASIL

INFORMATION SCIENCE AND ITS SPECIALIZATIONS: THE PROFILE LATO SENSU COURSES WITH OBJECTS OF INTEREST TO CI AND ITS GROWTH IN BRAZIL

Renata Regina Gouvêa Barbatho – Arquivo Nacional (AN)

Ricardo Medeiros Pimenta – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A presente pesquisa está voltada para o estudo das pós-graduações *lato sensu* com temáticas em comum ao objeto de interesse da Ciência da Informação - segundo a classificação da CAPES (Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação) -, no Brasil. O propósito é mapear e identificar o perfil das especializações, no atual cenário brasileiro, ligadas e/ou com temas que atravessam a área. Para atingir o objetivo desta pesquisa exploratória, foram extraídos dados: no site do MEC acerca dos cursos reconhecidos que tivessem em sua denominação termos específicos; e nas páginas das instituições de ensino superior, para posterior análise quantitativa e qualitativa. A partir de sua análise foi possível identificar que os cursos possuem uma concentração na Biblioteconomia e estão predominantemente nas grandes áreas do saber (classificação do MEC) “educação” e “negócios, administração e direito”. Com presença em todos os estados do Brasil, são compostos em quase sua totalidade na modalidade à distância.

Palavras-chave: Ciência da Informação; pós-graduação *lato sensu*; especialização.

Abstract: The present research is focused on the study of *lato sensu* graduate programs with themes in common to the object of interest of Information Science - according to the classification of CAPES (Archivology, Library Science and Information Science) - in Brazil. The purpose is to map and identify the profile of specializations, in the current Brazilian scenario, linked to and/or with themes that cross the area. To achieve the objective of this exploratory research, data were extracted: on the MEC website about the recognized courses that had specific terms in their denomination; and on the pages of higher education institutions, for further quantitative and qualitative analysis. From his analysis, it was possible to identify that the courses have a concentration in Librarianship and are predominantly in the major areas of knowledge (MEC classification) "education" and "business, administration and law". With a presence in all states of Brazil, they are composed almost entirely in the distance modality.

Keywords: Information Science; *lato sensu* post-graduation; specialization.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 70 anos, o ensino e a ciência, no Brasil, sofreram intensas mudanças proporcionadas por ações de Estado voltadas para o seu desenvolvimento e a sua expansão. De lá para cá, diferentes fases desse processo puderam ser observadas, que iniciadas nos anos de 1950 com a criação dos próprios órgãos estatais que seriam responsáveis por fomentar, regular e conduzir este movimento; passando pelo processo de expansão do número de universidades e de suas responsabilidades com a comunidade cidadã; pela ampliação do número de vagas em cursos de graduação e pós-graduação, em especial as *stricto sensu*, mais notadamente nas décadas de 2000 e 2010; e por fim, no fenômeno ainda em curso, que é o exponencial crescimento de oferta, no ensino superior, da modalidade de Ensino à Distância (EaD) e a explosão das ofertas de cursos de *lato sensu*, mais conhecidos como especializações.

Duas instituições fundamentais nesse processo são o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (criado em 1951), uma agência do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), que tem por objetivo fomentar a “pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos para a pesquisa no país” (Brasil, [2025a]) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), voltada para o “aperfeiçoamento do pessoal de nível superior” e por regular às pós-graduações *Stricto Sensu*, composta por representantes de diferentes órgãos do governo e entidades privadas (Brasil, [2025b]). Inclui-se ainda, o Ministério da Educação, responsável por regular o ensino superior, no país.

O CNPq e CAPES, com suas respectivas políticas de fomento à pesquisa e aos cientistas têm sido capazes de manter uma “elite intelectual” produtiva capaz de propagar o conhecimento e formar novos cientistas. A junção das ações do MEC e da CAPES, responsáveis por regular as graduações e especializações, e mestrado e doutorado, respectivamente, proporcionaram a expansão das universidades públicas de forma que atende, mesmo diante de muitos desafios e limitações, a sua missão de ensino, pesquisa e extensão. Cabe destacar que nos anos de 2000, as pós-graduações *stricto sensu* vivenciaram um período aumento do número de instituições ofertando vagas de mestrados e de doutorados, o que foi acompanhado pelos cursos de graduação e especialização, que por sua vez tiveram nos últimos cinco anos um crescimento expressivo proporcionados pelas tecnologias da informação, com ofertas de cursos à distância, principalmente na rede privada.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto SEMESP (SEMESP, 2021) entidade que representa mantenedoras de ensino superior privado do Brasil (São Paulo, c2025), identificou que de 1980 até 2019 o número de instituições de ensino superior passou de 1.377 para 8.605, onde as graduações, entre 2009 a 2019, aumentam de 28.117 (849 na modalidade EaD) para 36.178 (4531 em EaD), e mais recentemente, o mesmo Instituto detectou que em 2021 existiam 73.255 cursos de especialização e em 2023 somam 173.176, representando um aumento de 136%.

O crescimento exposto acima se mostra relevante, levando a necessidade de maior compreensão de seu funcionamento e suas características, por parte dos estudiosos do ensino e da ciência. Assim sendo, este trabalho apresentará os resultados da pesquisa acerca do perfil das especializações em Ciência da Informação (CI) ao longo dos últimos anos. Este resultado é parte de um projeto mais amplo, de criação de uma Escola Nacional de Informação (ENACIN) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Neste caso específico, desta comunicação, o objetivo geral da investigação era o de identificar as características das pós-graduações *lato sensu* dentro do campo disciplinar da Ciência da Informação. Já os objetivos específicos eram os de identificar as áreas e subáreas as quais essas especializações estariam conectadas; analisar seus respectivos conteúdos programáticos; e assim, obter subsídios para a elaboração de uma arquitetura científico-pedagógica voltada para a aplicação uma especialização em Ciência da Informação na futura ENACIN/IBICT.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa aqui apresentada, de caráter exploratório, se voltou para o mapeamento e identificação do perfil das especializações, no atual cenário brasileiro, ligadas e/ou com temas que atravessassem a Ciência da Informação. Para atingir o objetivo, foram extraídas, por importação e de forma manual, dados/informações no site do MEC (relativos aos cursos reconhecidos) e nas páginas das instituições de ensino superior (relativos ao conteúdo dos cursos), para posterior análise quantitativa e qualitativa.

O uso de dados do MEC permitiu traçar, de forma interdisciplinar, o atual perfil das pós-graduações que atuam com temas da área de CI, no Brasil. Isso porque o MEC mantém publicada em sua base de dados (Brasil, c2025), todas as informações dos cursos reconhecidos e classificados como aptos para o funcionamento, e constam nela: a) Instituição - IES, b) sigla,

c) denominação, d) área, e) modalidade, f) carga horária, g) UF de oferta e h) número de vagas. Disponibiliza ainda, de forma individual, por curso: a) data do início do curso; b) duração; c) periodicidade; d) documento de criação (disponível para download); e) situação de funcionamento; f) quantidade total de egressos; g) nome, h) titulação máxima, i) vínculo empregatício e j) regime de trabalho do coordenador; e l) vinculação de curso de graduação.

Como base de corte para as pesquisas no processo de recuperação de dados, na base do MEC, esta pesquisa utilizou a atual Tabela de Áreas de Conhecimento da Capes (Brasil, [2025c]), que agrupa hierarquicamente a grande área Ciência da Informação em: a Teoria da Informação (teoria geral da informação, processos da comunicação e representação da informação); a Biblioteconomia (teoria da classificação, métodos quantitativos, bibliometria, técnicas de recuperação da informação e processos de disseminação da informação); e a Arquivologia (organização de arquivos). Assim sendo, foram utilizadas na busca expressões que fossem compatíveis com os termos “Ciência da Informação”, “Biblioteconomia” e “Arquivologia”, referentes à tabela de avaliação e, em reconhecimento dos objetos de estudo das áreas/disciplinas que abrangentes expostas acima, ainda foram recuperados os dados dos cursos que tinham os seguintes termos: acervo, arquivo, biblioteca, document (para agregar documento e documentação), gestão da informação, informação, informacional, livro e patrimônio.

Os termos chaves apresentados na Tabela da Capes automaticamente foram incluídos à pesquisa, já o levantamento feito com as palavras relativas aos objetos de estudo sofreu uma análise qualitativa antes de ser incorporada à investigação.

Por fim, destacamos que diante da interdisciplinaridade característica da Ciência da Informação (CI), não foram utilizados os filtros das “grandes áreas de conhecimento do MEC”¹ que a CI está vinculada (Ciências Sociais Aplicadas) para fazer a seleção dos cursos, o que significa que será possível, a partir da investigação, identificar a presença de temas tidos como da CI em outras áreas do saber.

¹ Na base do MEC os cursos estão divididos em 11 áreas e são: 00 - Programas básicos, 01 - Educação, 02 - Artes e humanidades, 03 - Ciências sociais, comunicação e informação, 04 - Negócios, administração e direito, 05 - Ciências naturais, matemática e estatística, 06 - Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), 07 - Engenharia, produção e construção, 08 - Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária, 09 - Saúde e bem-estar e 10 - Serviços (Brasil, c2025).

2.1 O perfil das especializações do Brasil

No Brasil, todas as pós-graduações de *stricto sensu* têm seus processos de reconhecimento, validação e avaliação como sendo da competência da CAPES. Ou seja, desde sua autorização de funcionamento, passando pelos trâmites periódicos de avaliação, ou mesmo quando junto ao CNPq e sua política de fomento, são elas que "na ponta de lança" da produção científica e tecnológica brasileira, contribuem para o desenvolvimento da ciência no país.

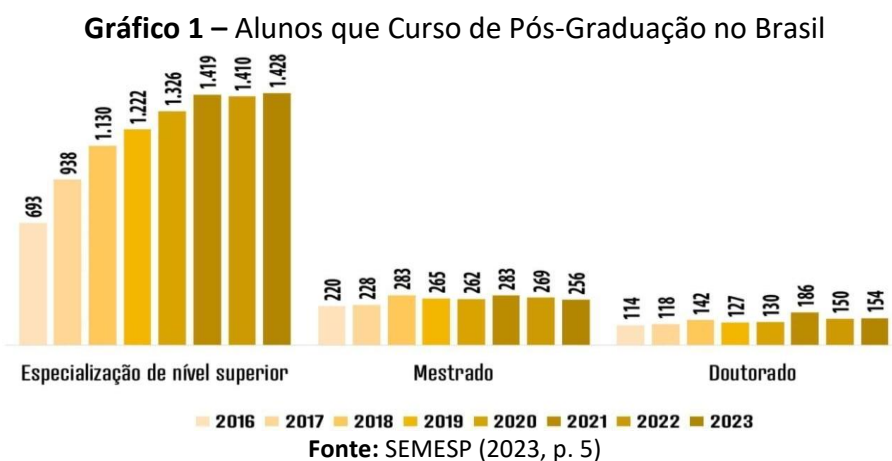
Já o MEC tem sob seu guarda-chuva de responsabilidades a organização do ensino, ficando assim responsável pela “educação em geral, compreendidos educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar”, incluindo assim as pós-graduações *lato sensu*, mais conhecidas como “especialização”, o que inclui as MBA (*Master Business Administration*).

Regulamentadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 | LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (Brasil, 1996), que estabelece as diretrizes e base de educação nacional, pela Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007, e pela Resolução nº 5, de 25 de setembro de 2008 (credenciamento especial de instituições não educacionais - instituições de pesquisa científica e tecnológica), as especializações no país possuem elementos claros para designação de atuação, com critérios objetivos que as distinguem das pós-graduações *stricto sensu*. Enquanto a segunda é voltada para a pesquisa, com produção de conhecimento ao final (Produto/Dissertação/Tese) e configura um título com a emissão de diploma, a primeira é voltada para o aprofundamento do ensino de um conhecimento (especialização), com a produção de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em que, no final, é emitido um certificado (IFSC, 2021). O Instituto Federal de Santa Catarina ainda destaca como diferença o fato de as *lato sensu* serem mais voltadas para o mercado de trabalho e terem carga horárias mínimas de 360 horas, enquanto a *stricto sensu* estar voltada para o desenvolvimento da ciência (como já dito) e à docência, com duração de 2 anos para obter o título de mestre e 4 anos para o título de doutor.

Atualmente o perfil geral estatístico das especializações no país foi apresentado em relatório pelo Instituto Semesp, cuja finalidade de produção é expor, para usos estratégicos no estudo de mercado, os dados aos investidores privados do setor de ensino no país. Na publicação foi possível concluir que “a maioria dos cursos ativos é ofertada por instituições de

ensino privadas (96,5%)”, que 54,2% são na modalidade de Ensino à Distância e estão concentrados nas áreas de “Negócios, administração e direito”, “Educação” e “Saúde e bem-estar”, onde somados representam 84,5% do total da oferta dos cursos (SEMESP, 2023). Em relação aos cursos de EaD, vale destacar que, entre 2019 e 2023, tiveram um crescimento de 479%, que a SEMESP explicou ser fruto da “[...] desregulamentação desses cursos, a ofertas mais específicas e ao ciclo de vida mais curto.” (SEMESP, 2023, p. 9).

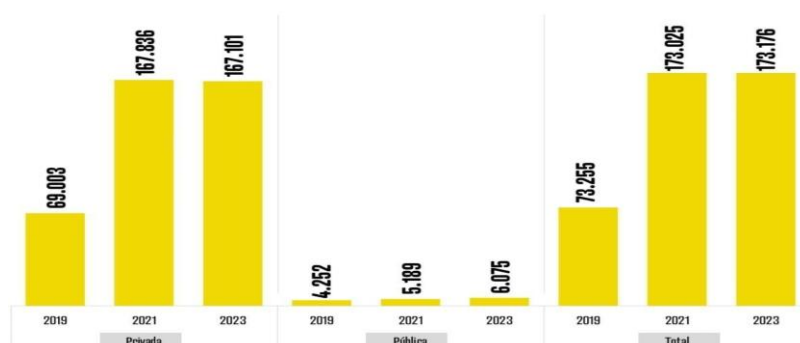
A título de comparação, destacamos a tabela disponibilizada pela SEMESP, em que apresenta o número de matrículas (Gráfico 1) em pós-graduação no Brasil, entre os anos de 2016 e 2023 e os cursos ofertados apenas em especializações (Gráfico 2).



Diante dos altos números de alunos, é possível afirmar que a especialização tem recebido intensa atenção e investimento para abertura de novas vagas. E observando a Gráfico 2, pôde se, ainda, notar que é um investimento proveniente do setor privado, que praticamente detém o controle do setor, sendo responsável por quase 95% dos cursos oferecidos.

Como observado, a oferta de cursos (Gráfico 2) aumentou tanto na rede privada, quanto na pública, porém, na última o crescimento foi brando, se comparado ao setor privado, que obteve mais de 120%. Os cursos de especialização, em cinco anos ultrapassaram, em número de ofertas, os cursos na modalidade presencial da rede privada. No ano de 2019 eram 15.550 de EaD e 69.003 presenciais, em 2023 os de EaD somavam 92.656, enquanto o presencial obteve 74.445 (SEMESP, 2023).

Gráfico 2 – Cursos de Especialização Ativos no Brasil



Fonte: SEMESP (2023, p. 9)

Outro aspecto importante nessa análise é a presença das instituições de ensino que oferecem os cursos, que também são predominantemente privados, representando 90% do mercado atual. Em 1980 a rede privada detinha 882 instituições, enquanto a pública 200, hoje a rede privada passou para 2283 e a pública 312. É importante notar que o movimento de crescimento vertiginoso apresentado se deu na rede particular de ensino, onde os índices são desproporcionais, com o aumento do número de instituições privadas quase 4 vezes maior e o mesmo tipo de crescimento, na rede pública, significou pouco menos de 50%. Em números absolutos a diferença significa mais de 1600 novas unidades privadas e pouco mais de 100 públicas. Entretanto, vale destacar que uma unidade pode ter diferentes estruturas e uma unidade de uma única instituição pode representar mais do que várias pequenas. E isso pode ser notado na forte presença das universidades públicas, que muitas vezes são compostas por diversos centros de estudos e faculdades, representando à sociedade uma presença mais sólida e robusta. Veja as estatísticas: as universidades públicas têm 15,4% de sua estrutura classificada como porte gigante², 24,3 % em grande porte, 23,8% médio e 36,45 pequeno; enquanto as instituições privadas são constituídas apenas por faculdade (79,8%) e de pequeno porte (82,5%). Apenas 3,1% das instituições privadas podem ser classificadas como universidades e são de porte gigante (SEMESP, [2024]).

Ainda sobre o crescimento acelerado das unidades de ensino, também chama a atenção o crescimento da oferta de polos de EaD, visto que no intervalo de menos de dez anos a oferta ampliou de 4.913 para 31.497, sendo que destes, 28.725 pertencem a rede particular, o que indica o controle pela iniciativa privada no setor.

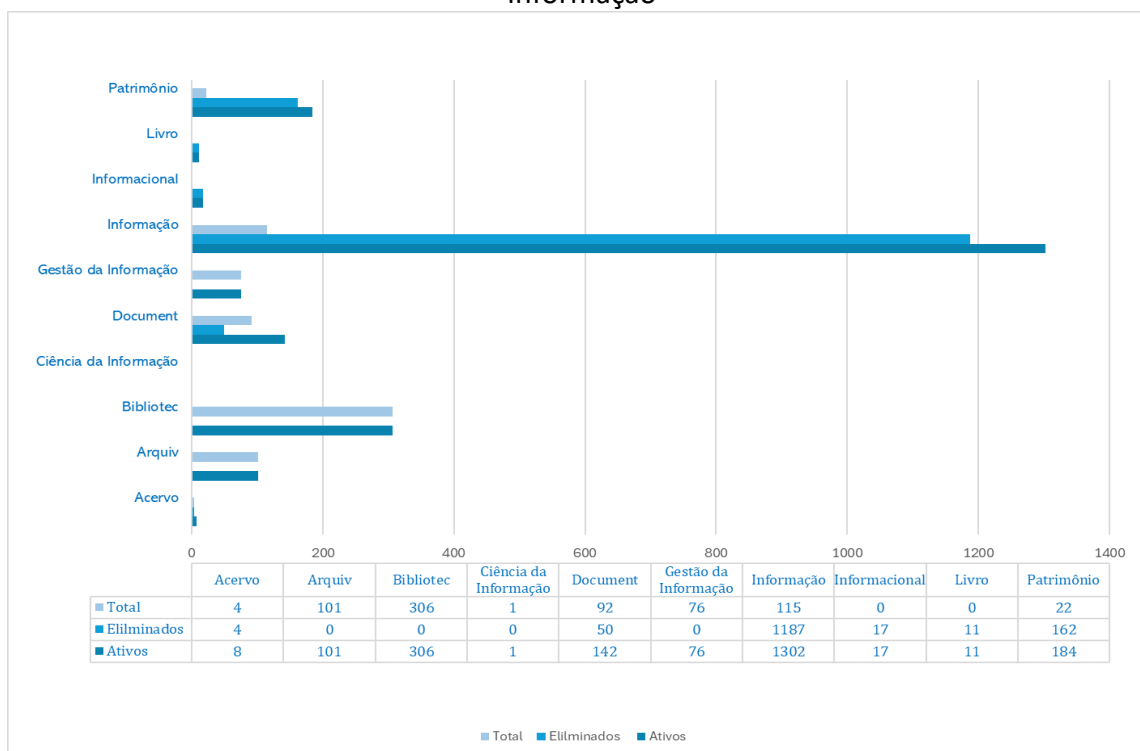
² Na escala apresentada no gráfico da SEMESP pequeno porte é até 3 mil, médio de 3 a 7 mil, grande de 7 a 20 mil e gigante acima de 20 mil (SEMESP, 2023).

2.2 As especializações relacionadas a Ciência da Informação

A partir da base do MEC e seguindo os critérios já explicados, foram recuperados 2735 cursos com potencial de serem de interesse da Ciência da Informação. Destes, 586 cursos são extintos e 2148 ativos, e dentre os ativos (que tiveram seus dados extraídos para análise da pesquisa), após avaliação qualitativa e subtraídas as duplicidades (proporcionados pelo levantamento a partir de palavra-chave), restaram 564 a serem incorporados ao estudo.

Como poderá ser observado na Gráfico 3, a palavra “informação”, por seu caráter polissêmico e sua presença em todas as áreas do saber, obteve maior aparição nos dados coletados em nomes de cursos, com 1302 ativos, inclusive com um volume muito superior do segundo termo mais encontrado, que é “bibliotec” (referente a biblioteca e a Biblioteconomia), com 306 cursos. Outro destaque é o termo “arquiv” (referente ao arquivo, Arquivologia e a Arquivística), que mesmo havendo um curso de graduação, como a Biblioteconomia, obteve apenas 101 cursos reconhecidos.

Gráfico 3 – Cursos reconhecidos pela MEC com objetos de interesse da Ciência da Informação



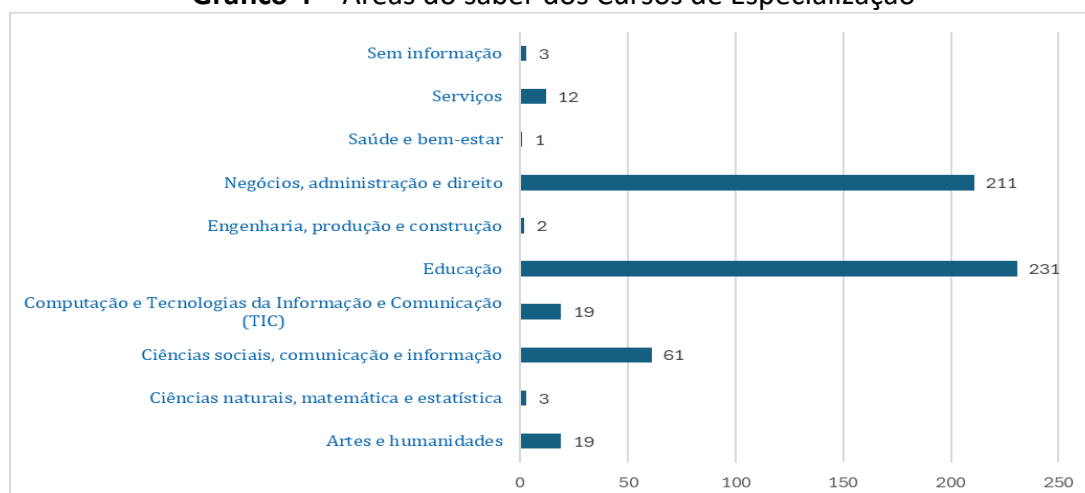
Fonte: Elaborado pelos autores (2024). [Dados extraídos de Brasil (c2025)].

Outro grande destaque a ser observado, na Gráfico 3, é o fato de só haver um curso ativo com o termo “ciência da informação”, o que gera questionamentos e demanda maior aprofundamento acerca do assunto que atravessam questões, dentre elas: (1) a relação

hierárquica entre Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia, onde tradicionalmente, no Brasil, a primeira se solidificou no país como pós-graduação *stricto sensu* (pesquisa), reguladas pelo CAPES, e as seguintes seguiram sua tradição na graduação (ensino), regulados pelo MEC, que também regula as pós-graduações *lato sensu* (ensino), criando assim uma relação de aproximação que influenciou diretamente na escolha, que também é política, dos termos a serem usados na nomenclatura dos cursos; (2) uma especialização, no geral, tem por objetivo um estudo mais preciso de determinado tema para uso profissional, o que pode significar que uma especialização, teoricamente, seria mais voltada para um dos aspectos da CI, como por exemplo, teoria ou gestão da informação e não para a área como um todo, o que impacta diretamente na nomenclatura do curso.

Em relação à distribuição dos cursos dentro das áreas gerais (Gráfico 4), eles estão predominantemente nas áreas de “Educação” (231) e “Negócios, administração e direito” (211), compondo mais de 80% das ofertas. Já na área a qual a Ciência da Informação está alocada, são 61 cursos, dos quais não há um uma tipologia que os caracterize.

Gráfico 4 – Áreas do saber dos Cursos de Especialização



Fonte: Elaborado pelos autores (2024). [Dados extraídos de Brasil (c2025)].

Exceto os cursos voltados às bibliotecas que estão majoritariamente alocados na educação, as outras áreas também não indicaram a existência algum tipo de padrão no processo de classificação, como pode ser notado na área de “saúde e bem estar”, que tem o curso “Administração de bibliotecas públicas e escolares”, do Centro Universitário de Valença, que, *a priori*, não parece pertencer a área cadastrada. Por sua vez, o curso “Gestão da Informação e Comunicação na Atenção Primária à Saúde” da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e o curso Informação Científica & Tecnológica em Saúde - ICTS, a Fiocruz estão

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

cadastradas em “Ciências sociais, comunicação e informação” e “Negócios, administração e direito” respectivamente, o que gera uma alerta para o indicador, que pode não representar uma ordenação sólida para fins de análise.

Não foi encontrado nenhum curso na grande área “Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária”.

No que tange a oferta de cursos em si, foram identificadas 144 nomenclaturas diferentes de cursos. Os dez cursos mais citados são: “Biblioteconomia” (101), seguido de “Biblioteconomia e Gestão de bibliotecas escolares” (35), Arquivologia (33), Biblioteconomia e gestão de bibliotecas escolares e institucionais (27), Arquivo – patrimônio histórico, artístico e cultural (21), Gestão de bibliotecas públicas e escolares (21), Gestão de bibliotecas escolares (20), Gestão da Informação (18), Docência do ensino superior de Biblioteconomia (13) e Docência em Biblioteconomia (12). Dos dez, sete podem ser classificados como típicos da biblioteconomia, o que confirma a tradição dos temas na Ciência da Informação, enquanto grande área.

Para além dos cursos destacados no quadro 1, o que se pôde notar foi a diversidade de nomes - 93 denominações aparecem apenas uma vez e 44 duas vezes. Quando os termos são isolados é possível identificar, para além das palavras-chave pesquisadas na base do MEC, outras marcas que caracterizam as especializações dos cursos, como a “gestão”, que tem o termo repetido 330 nos nomes de cursos, o que confirma uma tendência da área de atuar no gerenciamento, tanto de projetos, quanto nos cargos de “micro” lideranças. O segundo termo mais citado foi o escolar, com 134 passagens, tipificada, especificamente, dentro da biblioteconomia, com as bibliotecas escolares e públicas. A terceira mais citada foi “pública” (referindo a esfera pública governamental), com 64, depois vem “organização” com (34), docência (29), eletrônica (24), institucional (22), cultural (22), histórico (21), municipal (16), comunicações (15), administração (14) e ensino (14) dentre outras, pode ser visto na figura 1.

Figura 1 – Frequência de palavras secundárias dos cursos de especialização



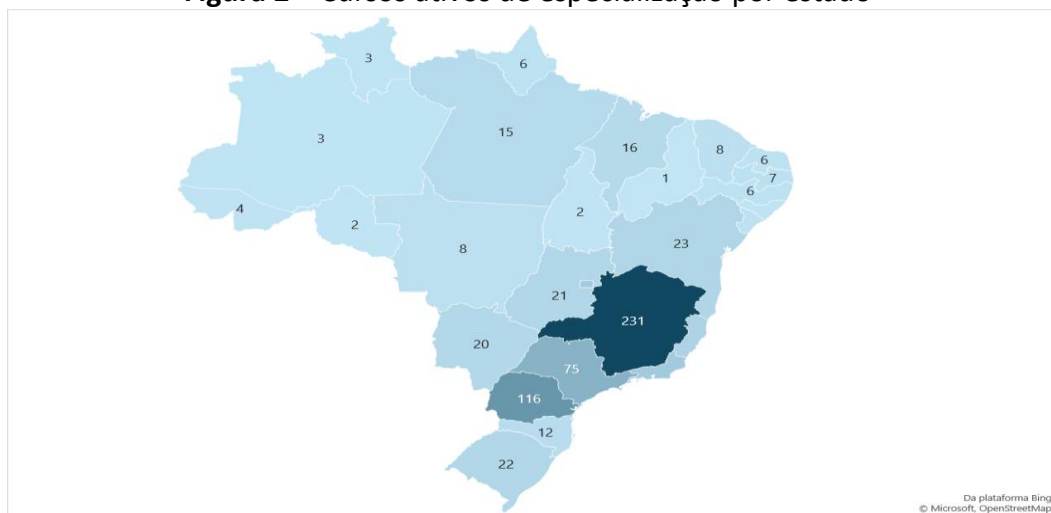
Fonte: Elaborado pelos autores (2024). [Dados extraídos de Brasil (c2025)].

Na pesquisa foram levantadas 155 Instituições que oferecem cursos de especialização reconhecida pelo MEC, onde destacamos as 10 primeiras, e são: Faculdade Iguazu (29 cursos cadastrados), Faculdade Unypública (28), Faculdade Única de Ipatinga (22), Faculdade de Minas EaD (19), Faculdade Instituto Superior de Educação do Paraná (19), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte (18), Instituto de Educação de Montes Claros (18), Faculdade Unyleya (16), Faculdade Conexão (15) e Faculdade FACUMINAS de Pós-Graduação EaD (15). As instituições com maiores volumes de cursos têm a ofertas das vagas concentradas na modalidade à distância e com cursos com denominações, por vezes, iguais, mudando apenas a carga horária, ou um pequeno detalhe, como por exemplo: “gestão de bibliotecas escolares”, “gestão de bibliotecas públicas” e “gestão de bibliotecas escolares e públicas” (os três cursos são ofertados pela Faculdade Iguazu), o que pode vir a significar que parte do material didático produzido e reproduzido é comum aos três cursos.

No que tange a modalidade a qual os cursos estão cadastrados, foram contabilizados 431 cursos em EaD e 131 presenciais, representando mais de 75% da oferta. Nesse caso, vale destacar que os cursos à distância podem ter em seu quadro de matriculados alunos de qualquer lugar, no entanto, a Instituição deve manter alguns “polos de ensino” funcionando à disposição. Alguns cursos têm mais de um polo e em diferentes estados e que, por vezes, se mantém a partir de parcerias entre as instituições de ensino, que se utilizam do mesmo espaço. De qualquer forma, em valores absolutos, o número de localidades identificadas (podendo ser de uma grande estrutura ou apenas um pólo) foi de 730 unidades.

A figura 1 indica a frequência por estado brasileiro e expõe a manutenção de concentração no Sudeste, seguido do Sul, ainda haja presença em todos os estados do Brasil e, até, fora dele (no cadastro do MEC não há, necessariamente, a especificação de quais).

Figura 2 – Cursos ativos de especialização por estado*



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)³. [Dados extraídos de Brasil (c2025)].

A massificação do ensino a partir da modalidade à distância passou a permitir que a execução de cursos sem que haja a interação com professor, caracterizado por serem compostos por videoaulas gravadas e de apostilas que, a partir do seu número de páginas, computam horas cursadas aos alunos. Isto pode ser observado nos cursos que solicitaram autorização para turmas de até 5 mil alunos, que a partir de seus conteúdos pré-elaborados, podem ser reproduzidos infinitas vezes.

Nesses casos, a autonomia dos alunos é grande para realizar suas horas de estudo, incluindo se utilizar de recursos como o “velocidade da reprodução”, que em plataformas como YouTube, permite acelerar o vídeo em até 2x, o que na prática, considerando que de fato o aluno está assistindo a gravação, um curso de 360 horas, por exemplo, poderia ser executado em 180h sem que houvesse qualquer controle ou perda oficial no certificado. Assim sendo, o tempo oficial (em meses), de duração do curso passa a ser apenas para efeito burocrático, impactando exclusivamente na data de disponibilização do comprovante. Já os cursos com menor número de vagas (127 cursos oferecem até 100 vagas por turma) são, no geral, os presenciais.

³ A distribuição de unidades de ensino é referente aos dados sólidos recuperados na base do e-MEC (Sistema de Regulação do Ensino Superior). Não houve conferência de possíveis duplicidades a partir do compartilhamento de polos entre as instituições.

3 RESSIGNIFICAÇÕES SOBRE A ESPECIALIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

O trabalho exploratório e descritivo acima, sinteticamente exposto, se tornou fulcral a pesquisa estruturante de desenvolvimento de uma proposta institucional de uma Escola de alcance nacional sobre o termo amplo da Informação. Em estudo de 2019, Leonardo Gonçalves Silva e Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira (2019) apontam um cenário de 20 programas *Stricto Sensu* de pós-graduação em CI de 18 instituições diferentes. Atualmente o número já é maior e diferentemente do que cogitaria-se *grosso modo* as especializações não se arrefeceram no escopo de sua procura. Há lacunas necessárias a serem preenchidas, principalmente pelo fato de que a formação em Biblioteconomia, Arquivologia ou Museologia não acompanha os exponenciais avanços do mercado informacional, da sociedade da informação e dos novos problemas que surgem com a escalada da dataficação da vida de maneira ampla.

Com efeito, o contínuo desenvolvimento de teorias e métodos atualizados à cultura digital e informacional, aplicados ao ensino e à pesquisa em Ciência da Informação não se dá unicamente no lado de maior verticalização do conhecimento científico, como o mestrado e doutorado, mas sobretudo carece de maior incremento na crescente "brecha" entre os que se graduam bibliotecários, arquivista ou museólogos e aqueles respectivos perfis desejados pelos postos de trabalho e desenvolvimento onde termos como dados, visualização, humanidades digitais e desenvolvimento, por exemplo, são majoritariamente evidências de uma árida formação que iria requerer uma profunda reformulação de currículos.

No IBICT, ao se falar sobre a Especialização é necessário identificar que seu respectivo curso, inicialmente denominado Pesquisas Bibliográficas, foi iniciado em 1955, ano seguinte à fundação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual IBICT. Posteriormente, em 1964, passou a ser chamado Curso de Documentação Científica CDC, sigla histórica e pela qual é conhecido até hoje, embora sua denominação desde 1984 fosse a de Curso de Especialização em Documentação e Informação.

Afinal, o levantamento dos dados aqui comunicados vai ao encontro de uma proposta de resgate simbólico institucional. A iniciativa em andamento, intitulada Enacin, busca entre outras ações refundar o CDC, pela égide de um novo programa de especializações (Pimenta, 2023). E para tal, o estado da arte aqui apresentado se torna fundamental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser observado, os objetivos da pesquisa foram alcançados com a identificação as características das especializações com temas em comum a Ciência da Informação no Brasil, com destaque para três elementos significativos: (1) a manutenção da proporção de temas/cursos das graduações versus especialização (maior número em Biblioteconomia), (2) o crescimento das ofertas em EaD (tendência nacional), e (3) a presença de pelo menos uma unidade de ensino em cada estados, o que pode indicar um movimento positivo no processo de democratização do ensino.

Com características de uma pesquisa exploratória e baseada em grandes volumes de dados, este trabalho, apesar de apresentar conclusões práticas relativas aos números expostos, possui em si a característica de gerar novos questionamento e a necessidade de aprofundamentos de determinadas questões, dentre elas, refletir acerca: do papel das instituições nesse processo; da qualidade dos cursos oferecidos; e do impacto econômico da oferta/qualidade dos cursos nas diferentes modalidades. Analisar tais aspectos torna-se fundamental diante do atual movimento de crescimento do ensino na categoria.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **[Página Inicial]**. [S. l.]: CNPQ, [2025a]. Disponível em: www.gov.br/cnpq. Acesso em: 01 de jul. de 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **[Página Inicial]**. [S. l.]: CAPES, [2025b]. Disponível em: www.gov.br/capes. Acesso em: 01 de jul. de 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação**. [S. l.]: CAPES, [2025c]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 01 de jul. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. [S. l.]: MEC, c2025. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 01 de jul. de 2024.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 1, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 01 de jul. de 2024.

INSTITUTO DA SECRETARIA DE MODALIDADES ESPECIALIZADAS DE EDUCAÇÃO (SEMESP). **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 13. ed. São Paulo: SEMESP, 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-13/download/>. Acesso em: 01 de jul. de 2024.

INSTITUTO DA SECRETARIA DE MODALIDADES ESPECIALIZADAS DE EDUCAÇÃO (SEMESP). **Pesquisa de Pós-Graduação (Lato Sensu)**. 2. ed. São Paulo: SEMESP, 2021. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Pesquisa-Graduacao-e-Pos-Graduacao-Instituto-Semesp-1.pdf>. Acesso em: 01 de jul. de 2024.

INSTITUTO DA SECRETARIA DE MODALIDADES ESPECIALIZADAS DE EDUCAÇÃO (SEMESP). **[Página Inicial]**. São Paulo: SEMESP, [2024]. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/>. Acesso em: 01 de jul. de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC). **Qual a diferença entre pós-graduação lato sensu e stricto sensu?**. Florianópolis: IFSC, 2021. Disponível em: http://ifsc.edu.br/postagens-blog-intercambistas/-/asset_publisher/qYC5Mt2Bw6wv/content/id/2878509/qual-a-diferen%C3%A7a-entre-p%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o-lato-sensu-e-stricto-sensu. Acesso em 28 de jun. de 2024.

PIMENTA, R. M. O que precisamos ter no horizonte para os estudos de informação no contexto brasileiro?. In: SEMINÁRIO INTERNO DO PROJETO DA ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÃO (ENACIN), 1., 2023, Rio de Janeiro. **Apresentação em [...]**. Rio de Janeiro: IBCTI, 2023. Disponível em: <https://videoteca.ibict.br/w/mUzEsjDSgaUkLEbYYTt1pp>. Acesso em 13 jul. 2024.

SÃO PAULO. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. **[Página Inicial]**. São Paulo: CREMESP, c2025. Disponível em: www.cremesp.org.br. Acesso em: 01 de jul. de 2024.

SILVA, L. G.; OLIVEIRA, L. M. B. Ciência da informação e história: os estudos históricos nos programas de pós-graduação brasileiros da área de ciência da informação. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 4-15, 2019.